



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003610-39.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **João Geraldo Pegoraro**
 Requerido: **ANA MARIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou o autor que dirigia regularmente uma motocicleta por via pública local, quando foi surpreendido por conduta da ré consubstanciada em abrir a porta esquerda do automóvel em que estava e que se encontrava estacionado do lado direito da rua; sustentou ainda que não conseguiu evitar o embate, cuja responsabilidade atribuiu à ré.

Já a ré em contestação admitiu que estava com o automóvel estacionado do lado direito da via pública e que tencionava sair do mesmo; reconheceu que para isso começou a abrir a porta, mas a fechou rapidamente quando notou a aproximação do autor, assinalando que o mesmo perdeu o equilíbrio porque carregava vários objetos.

Assim posta a questão controvertida, reputo que o acolhimento da pretensão exordial é de rigor.

Com efeito, dispõe o art. 49 do Código de Trânsito Brasileiro que *“o condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via”*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Incumbe em consequência ao condutor de um automóvel estacionado tomar o cuidado necessário para abrir sua porta esquerda porque com isso poderá obstar a trajetória de outro que esteja trafegando regularmente.

Sobre o assunto, leciona **CARLOS ROBERTO GONÇALVES**:

“O condutor, ao sair de um veículo estacionado à direita, deve tomar as devidas cautelas antes de abrir a porta da esquerda, a fim de evitar que esta venha a bater em algum veículo que naquele momento esteja passando. Nesses casos, a responsabilidade recai sobre quem abre a porta, pois, com este gesto, corta a trajetória do outro veículo, cujo motorista, via de regra, não tem tempo necessário e suficiente para detê-lo e evitar o impacto” (“Responsabilidade Civil”, 6a Edição, pág. 650).

A jurisprudência caminha na mesma direção:

“Acidente de trânsito – Motorista no interior de veículo estacionado que, sem as devidas cautelas, abre a porta do automóvel em direção ao leito da via de trânsito, dando causa à colisão com motocicleta que nela trafegava – Culpa exclusiva do motorista – Reconhecimento na espécie – Procedência parcial do pedido inicial – Sentença mantida – Apelo da ré improvido” (TJSP – Ap. nº 992.07.056307-0 - Rel. Des. MENDES GOMES, j. 03/05/2010).

“Responsabilidade civil – Acidente de trânsito – Caminhão estacionado – Abertura da porta sem cautela – Colisão com ônibus – Imprudência – Indenização devida. Age com culpa quem abre a porta de veículo, sem prestar atenção ao fluxo de veículos, dando causa a colisão. Recurso improvido” (TJSP – Ap. nº 992.08.007426-9 - Rel. Des. Emanuel Oliveira, j. 16/03/2010).

No mesmo sentido: RT 742/288; RT 591/142.

Percebe-se com clareza que a responsabilidade pelo acidente deve ser imputada à ré mesmo que se reconheça que o autor não atingiu a porta de seu automóvel (o que é infirmado pela fotografia de fl. 16 que denota o embate contra a porta), tendo em vista que a perda de equilíbrio dele foi motivada pela abertura seguida do fechamento da porta pela ré.

A circunstância do autor transportar objetos, outrossim, não assume relevância porque a causa eficiente do evento foi a conduta da ré e não esse fato, máxime porque nenhum dado concreto foi produzido para permitir concretamente ideia que no particular favorecesse a ré.

Merece por isso prosperar a postulação do autor, não se podendo olvidar a falta de impugnação aos valores pleiteados e aos documentos que lhe serviram de lastro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.644,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013, e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**